

# A LIBERTAÇÃO LINGUÍSTICA DA LITERATURA NACIONAL: TRAMAS DE POLÍTICA, LÍNGUA E LITERATURA NO BRASIL (1930-40)

Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes<sup>1</sup>  
Maria Paula Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto analisa as contendas políticas e intelectuais ocorridas na década de 1930 que tiveram como eixo a unidade linguística nacional e nas quais tomaram parte os articuladores do Estado Novo, os críticos literários e os *romancistas sociais*, notadamente Jorge Amado. O mapeamento dos textos produzidos sobre o tema, das instituições, sujeitos e argumentos envolvidos revela as tensões de um período em que a busca pela identidade nacional ocupava lugar central nos projetos políticos e culturais. Conclui-se que, naquele período, os usos da língua presidiam muitas das escolhas políticas e estéticas.

**Palavras-Chave:** estado novo; identidade nacional; língua portuguesa.

## THE LINGUISTIC LIBERATION OF NATIONAL LITERATURE: PLOTS OF POLITICS, LANGUAGE AND LITERATURE IN BRAZIL (1930-40)

**Abstract:** The text analyzes the political and intellectual strifes that occurred in the decade of 1930, which had as axis the national linguistic unit and in which took part the articulators of Estado Novo, the literary critics and the social novelists, notably, Jorge Amado. The mapping of the texts produced over the theme, institutions, subjects and arguments involved reveals the tensions of a period in which the search for national identity occupied central place in political and cultural projects. It is concluded that, at that time, the uses of language dominated many of the political and esthetics choices.

**Keywords:** estado novo; national identity; portuguese language.

---

\* O artigo foi resultado das atividades de pesquisa realizadas no âmbito do Laboratório de Ensino de História da UNICENTRO/Guarapuava, articuladas às pesquisas particulares das autoras.

<sup>1</sup> Mestre em História – UNESP/Assis. Doutoranda em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil. E-mail: fichamentoshistoria@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História – UNESP/Assis. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade estadual de Ponta Grossa, PR, Brasil. E-mail: paulaecosta@gmail.com

## Introdução

O artigo analisa as contendas políticas e intelectuais ocorridas na década de 1930 que tiveram como eixo a unidade linguística nacional e nas quais estiveram envolvidos os articuladores do Estado Novo, os críticos literários e os *romancistas sociais*, entre os quais se destacou Jorge Amado. O texto está dividido em três partes: na primeira, por meio de revisão bibliográfica e com uma perspectiva diacrônica, discute-se brevemente a constituição do debate em torno da unidade linguística nacional; na sequência, são sublinhados os agentes e argumentos que, na década de 1930, participaram da discussão sob o cenário da política varguista; na terceira parte, a característica de *espontaneidade* no tratamento estético da língua, manifestada por alguns romancistas de 1930, é questionada com base no argumento de que, naquele tempo, os usos e desusos das normas gramaticais presidiam escolhas políticas e literárias.

Orlando de Barros salientou que as querelas sobre a língua nacional, constantes desde o século XIX, foram renovadas no início da centúria seguinte, quando projetos que visavam a unificar gramaticalmente a língua escrita/falada no Brasil e a que era utilizada em Portugal vicejaram (BARROS, 2006: 102-119). A partir desse período, parte da sociedade brasileira estimulada pelo regime republicano renovou a busca por uma identidade nacional, esforço que envolveu pensar a relação linguística com a antiga metrópole.<sup>3</sup> Alentadas defesas das normas gramaticais portuguesas, como a famosa *Réplica do Senador Ruy Barbosa às defesas da Redação do Projeto da Câmara dos deputados*, surgida em 1902, evidenciavam que, se o rompimento político havia se concretizado, questões de ordem cultural apresentavam-se em linhas de continuidade (MOURA, 1997). Em 1907, Medeiros e Albuquerque – fundador da cadeira 22 da Academia Brasileira de Letras (ABL) – apresentou à associação literária uma proposta de reforma ortográfica e unificação gramatical da língua portuguesa.<sup>4</sup> O projeto, com indicações claras de como se

<sup>3</sup> Ressalte-se que a continuidade ou o rompimento com as normas gramaticais que regiam a língua em Portugal era debatido desde meados do século XIX, como se pode verificar na recepção crítica à obra de José de Alencar. GLADSTONE, Chaves de Melo. *Alencar e a língua brasileira*. Conselho Federal de Cultura. 1972.

<sup>4</sup> As fontes revelam que mesmo os promotores da unificação linguística praticavam mais de uma modalidade de ortografia, como é o caso de Medeiros e Albuquerque, que, atento aos interesses do público, abria mão das normas em favor da ortografia corrente quando publicava suas obras: “A única objeção que fazemos é em

deveria proceder nas atividades escritas (fossem jornalísticas, literárias ou oficiais), resultou de discussões iniciadas no ano anterior e das quais tomaram parte nomes relevantes da vida cultural nacional.<sup>5</sup>

Não vem ao caso discutir os pormenores das modificações ortográficas registradas a partir de então, mas importa destacar que a proposta que reuniu essas mudanças circulou no Brasil e em Portugal, onde a negociação foi encabeçada pela Academia de Ciências de Lisboa; em ambos os países, a proposta foi alvo de críticas, das quais se inventariou o nó comum a ser superado por governantes e intelectuais brasileiros:

[...] havia no Brasil um conflito entre vários sistemas ortográficos: o fonético, instituído pelo Apostolado Positivista e seguido pelos seus adeptos; o da Academia Brasileira de Letras, usado em suas publicações e que serviu de base para a proposta de 1907; o da Academia de Ciências de Lisboa, adotado por São Paulo e outros estados brasileiros; e o chamado etimológico, paradoxalmente misto, que variava de pessoa para pessoa, conforme os conhecimentos linguísticos de cada qual (BARROS, 2006: 104).

Enfrentando resistências de ordens diversas, a começar pela diversidade linguística nacional, o projeto tardaria a se afirmar. Somente em 1911, e com algum esforço, designou-se uma ortografia oficial com foros diplomáticos, reconhecida institucionalmente por portugueses e brasileiros; isso, contudo, não representou o estabelecimento de um consenso ortográfico para as dimensões menos formais da sociedade, o que incluiu os projetos literários surgidos no mesmo período.

Na década de 1920, o Modernismo promoveu uma produção literária despreocupada com os purismos lusitanos e próxima da língua falada pelo “povo brasileiro”. Conforme Paul Teyssier, no que respeita à renovação modernista, é preciso considerar que o grupo não produziu obras filológicas ou linguísticas, preferindo o exercício de uma *nova* língua à

---

relação à ortografia. Como o público refrega os livros não escritos na ortografia corrente, nós adotamos o critério de não sair dele. Até o Medeiros e Albuquerque, campeão de uma ortografia simplificada, adapta no seu livro ‘Fim’, feito para nossa casa, a ortografia corrente.” Carta da Monteiro Lobato & Cia., 20 de agosto de 1923, propondo a edição do romance *Frida Meyer*. (BINGNOTTO, 2018: 483).

<sup>5</sup> A discussão foi iniciada em 5 de maio de 1906 e contou com a participação de Machado de Assis, Rodrigo Otávio, Souza Bandeira, Euclides da Cunha, Silva Ramos, João Ribeiro e Inglês de Souza; João Ribeiro, José Verissimo e Silva Ramos formaram a comissão responsável pelos primeiros estudos em torno do problema; durante o ano, as atas da ABL registram a ampliação da discussão e os embates em torno do tema. (HENRIQUES, 2008).

sua teorização. No mais, o grau da renovação linguística dependia de variáveis como “[...] temperamento individual, opção estética ou origem regional” (TEYSSIER, 1997: 73).

A geração modernista, contemporânea do apagamento europeu após a I Guerra Mundial, atualizou a *razão nacional*;<sup>6</sup> adotou, por isso, uma dupla missão: reforma das elites locais, que precisavam romper com os padrões culturais europeus, e educação do povo, a cargo, obviamente, da elite cultural, na qual os modernistas se incluíam. Sabe-se que tais posturas guardavam um componente de autoritarismo, mas naquele quartel muitos acreditaram que somente dessa forma o abismo que separava a elite do povo seria superado e, finalmente, emergiria a nação brasileira (PÉCAULT, 1990).

### **Língua, literatura e identidade nacional no primeiro Governo Vargas (1930-1945)**

Com o advento do governo Vargas, foi assinado, em 15 de junho de 1931, o Decreto 20.108, que pretendia fazer vigorar nacionalmente o acordo ortográfico negociado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. O ato político que poderia sugerir o final de um embate durou pouco e, em 1934, a Constituição que ambicionava dar ares de legalidade ao regime político incluiu em seu artigo 26 o seguinte texto: “Esta constituição, escrita na mesma ortografia da de 1891 e que fica adotada no País, será promulgada pela Mesa da Assembleia, depois de assinada pelos deputados presentes, e entrará em vigor na data de sua publicação” (LUIZETTI, 2012: 123). Passados pouco menos de três anos da unificação ortográfica, retornava-se à confusão institucional anterior.

Em 1941, o Governo Vargas explicou, por meio de propaganda oficial, a incoerência assinalada nas ações executivas do início da década de 1930; o texto oficial argumentava que a unidade ortográfica era fundamental para solucionar a *anarquia mental* reinante na intelectualidade nacional, ainda que admitisse se tratar de um processo de

---

<sup>6</sup> Fora do campo religioso, o principal argumento que se apresentava no Brasil a favor da abolição era o que poderíamos chamar de “razão nacional”, em oposição à razão individual dos casos europeu e norte-americano. A razão nacional foi usada por José Bonifácio, que dizia ser a escravidão obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada a outra parcela, como inimigas entre si. CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 50-51.

transformação lenta, principalmente para os adultos. Sobre as mudanças registradas em 1931 e em 1934, avaliava:

Houve, em torno do caso, um barulho ilusório, barulho feito por pequeno grupo que ficou isolado, mas que conseguiu introduzir na Constituição de 16 de Julho uma emenda restaurando a confusão. Os fatos, então, demonstram que a ortografia constitucional estava morta, porque os pais e os professores protestaram contra a sua reimplantação, opondo-lhe tenaz resistência passiva [...] O decreto agora é, portanto, um ato que não contraria interesses, não encontra resistência e corresponde a uma necessidade cultural proclamada pela Nação (DIP, 1941: 9).

Em que pese o esforço oficial de tentar fazer parecer pacífico o tema da língua, outras fontes sugerem que havia menos consenso do que se projetava. Oliveira Viana sublinhou, em interpretação comprometida com a unidade nacional e no mesmo período do texto acima citado, outra faceta do problema linguístico brasileiro: a língua falada pelos imigrantes. Segundo o autor, os esforços nacionais para a entrada de imigrantes durante a primeira experiência republicana haviam se pautado somente no interesse de atrair trabalhadores laboriosos para o País, sem considerar seu papel na construção da nacionalidade brasileira. O resultado desse descaso foi, de acordo com Viana, desastroso, e eram necessárias ações que alterassem a situação (VIANA, 1943: 4).

Para o escritor, o Estado brasileiro deveria pairar soberano sobre os imigrantes, que, de sua parte, se obrigariam a aderir à cultura nacional. O Estado Novo seria claramente o regime mais adequado à assimilação dos imigrantes, afinal dispunha de meios institucionais para viabilizar duas relevantes estratégias: a proibição de núcleos imigrantes homogêneos e a nacionalização dos estrangeiros por meio da educação (VIANA, 1943: 4).

De acordo com Alexandre Marcelo Bueno (2008), a primeira proposta, defendida por Oliveira Viana e pelo Estado Novo, já demonstrava em que medida uma língua única era fundamental aos projetos nacionalistas, posto que mesmo os imigrantes considerados de difícil assimilação (japoneses e alemães, por exemplo) seriam forçados a dominar a língua portuguesa para participar de ambientes sociais heterogêneos. A articulação entre nacionalidade e língua ficou mais evidente quando Viana, para fortalecer seu argumento, classificou os imigrantes em *desejáveis* e *indesejáveis*, sendo os primeiros de origem ibérica e os segundos de outras regiões da Europa e da Ásia. Portugueses e espanhóis eram

desejáveis, precisamente, pela proximidade linguística necessária à unificação nacional, sendo úteis para ensinar a matriz linguística aos outros imigrantes, podendo, inclusive, substituir o elemento brasileiro:

Daí termos admitido que, na falta do elemento nacional, pudesse ele ser suprido ou completado com colonos de origem espanhola e portuguesa. Pela sua afinidade com nossa gente e, principalmente, pela identidade ou semelhança da língua, das tradições e do gênio, não constituem, realmente, os colonos destas duas últimas etnias, nenhum problema sério no ponto de vista da assimilação, sabendo que os seus descendentes tão integrados na nossa comunidade nacional quanto os brasileiros da velha estirpe (VIANA, 1943: 6).

A unidade nacional por aproximação linguística seria finalizada com a educação promovida de maneira unitária pelo Estado. Professores nacionais, ensinando uma mesma língua, história e geografia, concluiriam um trabalho de assimilação mais do que necessário ao desenvolvimento da Pátria. Sobre os projetos educacionais do período, Jerry Dávila pontuou:

A década de 1930 foi uma época de ouro para os reformadores educacionais, que ganharam oportunidades inéditas de colocar suas ideias em prática. Suas reformas, tanto no Rio de Janeiro quanto nos estados, foram notáveis pela extensão da expansão do sistema escolar e profundidade das reformas institucionais (DÁVILLA, 2006: 34).

Ainda nos termos de Dávila, os projetos de universalização da educação daquele período não podem ser confundidos com a superação de preconceitos sedimentados na sociedade brasileira, e é válido acentuar que, no intento de abarcar a maior extensão possível do País, tais programas se chocaram com as variedades culturais que o caracterizavam, em um processo nem sempre respeitoso. No que se refere ao tema da língua, ressalte-se que o Estado Novo investiu em ações proibitivas que visavam a homogeneizar as práticas culturais e desestimular associações imigrantes que mantinham vivo o vernáculo. Ao mesmo tempo:

Para garantir o uso da língua portuguesa foi criado o Instituto Nacional do Livro, que passou a organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional. Este instituto adotou uma política para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, incentivando a organização e auxiliando a manutenção de bibliotecas públicas em todo o

território nacional. A coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, lançava títulos na área de linguística, tais como: *Léxico de Lacunas*, *Vocabulário de Omissões*, *Coletânea de Falhas e Insuficiência e Deficiência dos Grandes Dicionários Portugueses*. [...] A ortografia do idioma, utilizada nas escolas e nas repartições públicas, foi publicada e uniformizada em acordo feito com Portugal (CAMPOS, 1998: 116).

Ao se observar mais de perto as ações tomadas pelo governo, percebe-se a preponderância das orientações provenientes da Academia Brasileira de Letras, que, ao que tudo indica, mantinha seu poder como instituição relevante na conformação de certos saberes culturais (SCHWARCZ, 1993). Atesta tal interpretação o conjunto documental produzido durante a gestão de Gustavo Capanema, que registra a relação entre o governo Vargas e a agremiação literária, bem como fornece pistas para interpretar as oposições que daí decorreram.

Gustavo Capanema chefiou, entre 1934 e 1945, o Ministério da Educação e Saúde, e sua gestão se notabilizou pelas alianças com intelectuais renomados do período, pelas transformações no sistema educacional brasileiro e por estar cronologicamente inscrita no período de maior centralização e autoritarismo do governo Vargas. Essas ambiguidades foram discutidas por Lúcia Lippi Oliveira, que assinalou:

O Estado Novo em sua complexa trama de “tradição” e “modernização” exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo – tanto os que ingressaram nos movimentos radicais dos anos 30, quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais – foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, são encontrados lado a lado... (OLIVEIRA, 1982: 508).

A relação do Estado Novo com os modernistas de 1922 foi enfatizada pela historiografia, porém a “Constelação Capanema” comportava outros astros da cultura nacional (BOMENY, 2001). Em fotografia de 29 de janeiro de 1941, o ministro Capanema aparece discursando em um evento na ABL cujo tema eram os encaminhamentos de uma ortografia nacional. Destaque-se que o ministro foi até a agremiação literária para o debate, e não o contrário, como se poderia esperar em um regime político de plenos poderes. A ideia de que as negociações entre intelectuais e governo eram assimétricas, com prejuízo

aos primeiros, pode ser questionada pela análise da fotografia: embora esteja em primeiro plano, o ministro Capanema parece se esforçar para convencer os acadêmicos de seu ponto de vista, contando com o apoio de um caderno de notas e manipulando documentos que, ao que tudo indica, davam sustentação ao seu argumento. Ao mesmo tempo, a plateia, pelas expressões, não dispensa excepcional interesse ao que está sendo dito, sendo que sequer a presença do fotógrafo implica uma mudança nas posições corporais.

**Figura 1:** Gustavo Capanema em evento da ABL.



Fonte: Portal Accessus. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/audiovisual/gustavo-capanema-e-outros-participam-de-debate-na-academia-brasileira-de-letras-sobre-ortografia> Acesso em: 12 out. 2018.

Existem outros indícios da importância da ABL nas discussões sobre a ortografia nacional dentro do Estado Novo. Em 1941, foi elaborado o *Esboço da consolidação do formulário ortográfico: que poderá servir de base para o vocabulário ortográfico da língua nacional* – baseado em Formulário Oficial da ABL de 1932, no Acordo Complementar entre ABL e Academia de Ciências de Lisboa, de 1939, e ainda no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa consagrado às Nações Brasileira e*



*Portuguesa no duplo centenário da fundação e restauração de Portugal*. Em 1943, por ordem de Gustavo Capanema e sob a responsabilidade da ABL, publicava-se o folheto de 37 páginas intitulado *Instruções para a organização do vocabulário ortográfico nacional*. Em 1942, um homônimo havia sido publicado pela ABL sob a responsabilidade de Fernando de Magalhães, Cláudio de Souza, Rodolfo Garcia, Afonso E. Taunay e José Carlos Macedo Soares.<sup>7</sup>

Essas iniciativas tinham o intento comum de resolver o problema da diversidade linguística ressaltado anteriormente. Como pano de fundo, havia um programa nacionalista e a intolerância linguística brasileira, que, conforme Bueno (2008), apresenta especificidades para cada momento histórico, mas que pode ser lida a partir da tensão entre o uso linguístico marcado pela diversidade própria da fala e certa imagem da língua nacional, normatizada e responsável pela transmissão de valores identitários.

Aos promotores do Estado Novo, não restava dúvida de que se tratava da defesa da nação, que a qualquer instante poderia ser dominada por outro povo via língua; ideias como *multiplicidade intrínseca da língua* eram uma preocupação premente e uma característica a ser superada. Para marcar a atividade de defesa, em 1940, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) organizou sete conferências cujo eixo era *a boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional*. Entre os conferencistas, estavam Clóvis Monteiro, Antenor Nascimento, Ana Amélia de Queiroz Carneiro e o então presidente da ABL, Celso Vieira; no programa das conferências, lia-se:

O desprezo pelas formas dignas de expressão do pensamento, pela elegância do estilo, pela frase castiça, constitui não um simples atentado à estética e uma infração às normas da verdadeira arte de escrever, como ainda um passo para a subversão moral das camadas populares, base da fermentação dos germes da anarquia e da desordem. O povo que bem fala, que se manifesta com sobriedade em seus discursos e palestras, é um povo sereno e ordeiro por excelência (DIP, 1940: 14-15).

A distância entre estética e sociedade era lida na chave de uma relação direta. Expressões como “formas dignas de expressão”, “frase castiça” e “arte de escrever”,

---

<sup>7</sup> Todos os documentos podem ser acessados no Portal Acesso (https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base) da Fundação Getúlio Vargas.

próprias da crítica literária, eram colocadas em oposição a termos como “subversão moral” e “germes da anarquia e da desordem”, que remontam diretamente às questões do espectro social. O que quer que significasse, o *mau uso da língua* era interpretado como forma de passar uma mensagem contraventora. Ao povo sereno e ordeiro, que bem usa a língua, opunha-se o povo que é preciso temer – não somente pelo mau uso das regras gramaticais, mas porque quem se revolta contra a natureza e a unidade da linguagem poderia se revoltar contra outros sistemas igualmente “naturais”. Outros conferencistas convidados pelo Estado Novo fundamentavam sua crítica ao mau uso da língua na História e valiam-se da decadência do Império Romano, destacando que foi com base na aniquilação do latim que os bárbaros do norte da Europa conseguiram superar eventuais bases de resistência enfraquecidas e fragmentadas em variados dialetos (MONTEIRO, 1940).<sup>8</sup>

Os indícios reunidos demonstram que as qualidades e usos da língua portuguesa eram uma pauta frequente no mundo intelectual e político das décadas de 1930 e 1940;<sup>9</sup> mais do que isso, está claro que, assim como Ferdinand de Saussure anunciou no póstumo *Curso de Linguística Geral*, a língua é uma convenção social, a partir do que é possível inferir que um consenso deriva necessariamente de conflitos em maior ou menor escala.<sup>10</sup> Os procedimentos e discussões analisadas até aqui dão conta de evidenciar a busca conflituosa por um acordo sobre o tema da língua; nesse ínterim, destacou-se que, na experiência brasileira, política, língua e instituições literárias estiveram profundamente imbrincadas e, em certa medida, alinhadas em seus projetos. Contudo, como se verá a seguir, a relação entre o Estado Novo e a Academia Brasileira de Letras, bem como a busca

---

<sup>8</sup> MONTEIRO, Clóvis. A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional. *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, Ano I, nº 2, fev. 1940. Note-se que essas conferências foram transmitidas, via rádio, pelas emissoras Jornal do Brasil, Tupi, Cruzeiro do Sul, Guanabara, PRA-2, PRD-5 e pela rádio São Paulo, configurando mais uma atitude de propaganda com relação ao ponto de vista do Estado Novo do que uma abertura ao debate.

<sup>9</sup> Além disso, em *Cultura Política*, periódico que fez a propaganda do Governo Vargas, no período de 1941 e 1942, há menções ao tema da língua, nas quais predomina, sem surpresa, o argumento da unidade linguística como fundamental à unidade nacional. PRAZERES, Otto. A língua e a nacionalidade. *Cultura Política*, Ano I, nº 5, jul. 1941; MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Cultura Política*, Ano III, nº 26, abr. 1943. Os números podem ser consultados no portal *Acessus* da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>10</sup> Em que pese o período de produção da obra, algumas colocações da Saussure são interessantes para o quadro analisado aqui: “Graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. [...] Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006: 12-17).

por uma unidade ortográfica e gramatical, não passou sem críticos, muitos dos quais envolvidos com atividades literárias e que percebiam nessa aliança institucional um sinal de retrocesso e engessamento da cultura brasileira.

Como se anotou, a discussão sobre a unidade ortográfica e gramatical influía na produção literária desde a década de 1920, com o Modernismo paulista; entretanto, naquele instante, de um lado o Estado brasileiro contava com um regime federativo e, em consequência, descentralizado, de outro, os autores do Modernismo estavam mais atentos às questões de ordem estética e, portanto, não chegaram a ser percebidos como um risco aos poderes estabelecidos nos setores políticos nacionais (SALLA, 2015). O (des)encontro entre governo e literatos no que tange ao tema da língua foi mais evidente na década de 1930.

Antonio Candido, em análise claramente favorável às mudanças culturais ocorridas nos primeiros 15 anos do governo Vargas, ressaltou que, até a década de 1930, a literatura nacional era ajustada à permanência, marcada pelo purismo linguístico que ameaçava cristalizar a língua e, via de regra, imitava o que se via nas letras de Portugal. Acusado de situacionista, esse tipo de literatura foi questionado por autores que estavam se iniciando em meados de 1930 (CANDIDO, 1984).

A nota que precede o início do romance *Cacau*, publicado em 1933 por Jorge Amado,<sup>11</sup> é sintomática do enfrentamento que colocaria de um lado romancistas em início de carreira e, de outro, defensores de uma literatura e de um uso da língua neutro: “Tentei contar neste livro, com o mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores de cacau no sul da Bahia. Será um romance proletário?” (AMADO, 1982, s/p). Largamente analisada, a frase sugere um diagnóstico: havia uma incompatibilidade entre a literatura tradicional e a honestidade narrativa, o que exigiria, em consequência, uma posição intelectual.

Entre os romances publicados na década de 1930, a obra de Jorge Amado e a crítica que ela recebeu são exemplares da forma como o embate estabelecido em torno do *bom uso da língua* tornou insustentáveis os limites entre política e cultura: em primeiro lugar, porque a crítica às primeiras obras de Amado apontou enfaticamente essa problemática

---

<sup>11</sup> Sobre Jorge Amado, ver: AGUIAR, Joselia. *Jorge Amado: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2018. Verbete Jorge Amado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-leal-amado-de-faria> Acesso em: 19 jul. 2018.

relação; em segundo lugar, porque o autor pouco se manifestou no período sobre suas opções estéticas e, quando o fez, mencionou justamente esse embate.

A historiografia das atividades editoriais brasileiras confirma que naquele período o ambiente político, econômico e cultural foi marcado por publicações que visavam a tomar posição em assuntos de ordens diversas, com destaque para o que se convencionou chamar de *romances sociais* (SORÁ, 2010; FARIA FILHO, 2017). Abundavam títulos cuja função era desnudar a realidade social brasileira, habitados por personagens que não figuravam como protagonistas nos romances burgueses do século XIX, que, embora realistas, preferiam os cenários da elite. Diante da presença cada vez maior desse “tipo” de produção literária, deslocado tanto do academicismo quanto do Modernismo, os críticos literários foram, de certa forma, obrigados a se posicionar sobre as novas obras. Alguns reconheciam a qualidade literária dos textos recentemente publicados, como os que compunham o Ciclo da Cana-de-Açúcar, que, segundo Adolfo Casais Monteiro:

[...] seria o ciclo da cana-de-açúcar – o drama da vida do nordeste, sem dúvida, mas de uma ressonância que lhe daria significado em relação ao país inteiro – e, pela humanidade das personagens que o povoam lhe faria ganhar uma universalidade sem a qual os romances não passam de crônica folclórica (MONTEIRO, 1951 *apud* SORÁ, 2010: 188)<sup>12</sup>.

Percebe-se que a validade dos romances de José Lins do Rego residia na capacidade de narrar aquilo que era especificamente brasileiro, sem comprometer o potencial universal dos problemas abordados. Outros usaram a mesma base para construir um argumento negativo, destacando como o regionalismo impedia que se fizesse uma literatura de alcance universal (CANDIDO, 1981). E, quando a crítica avançou para os arranjos estéticos da língua que formavam a nova literatura, não faltou quem interpretasse o período indicando tal questão como um problema. Nelson Werneck Sodré questionou justamente a manipulação da língua feita por aqueles que se consolidaram como protagonistas dessa revolução literária. A citação, embora longa, é esclarecedora:

---

<sup>12</sup> De acordo com Sorá (2010), o português Casais Monteiro pertenceria ao grupo de apologistas da nova literatura brasileira e teria manifestado tal posicionamento na década de 1950. Em novembro de 1937, o crítico português, em correspondência a Ribeiro Couto, informa que leu *Jubiabá* e o considera um grande romance. Já naquele momento assumiu o compromisso de promover a opção estética de Jorge Amado, pois escreveu uma crítica favorável ao livro publicada no n° 42 da revista *O Diabo*. As cartas trocadas entre Casais Monteiro e Ribeiro Couto podem ser encontradas no volume organizado por Rui Moreira Leite (2016).

O que caracteriza esses ficcionistas, a cuja etapa pioneira se deve, sem a menor dúvida, a renovação das letras brasileiras, consolidando o que o Modernismo representara, sem condições de fixar, é o desleixo formal e mesmo a insuficiência. Da forma, não possuem sequer o domínio do material, a língua. Trabalham-na mal, sem lhe conhecer os segredos, os recursos, e mesmo sem obedecer às normas sintáticas; ela lhes sai sem nenhum apuro, sem nenhuma beleza, distanciada da perfeição. Servem-se dela com uma ausência de desembaraço de quem se pretende artista. O menosprezo, por outro lado, diante de tudo aquilo que pertence ao domínio da forma não deriva da intenção, é espontâneo, natural, parece ligado ao modo de ser literário de cada um. Salva a esses maus artesãos, que desconhecem a língua culta, algo de poderoso, de intuitivo, que os torna narradores algumas vezes saborosos; em Jorge Amado, o sentimento lírico das coisas; em José Lins do Rego, a capacidade evocativa que, em algumas páginas, atinge notas muito altas. [...] Nesses ficcionistas, espanta ainda a cultura apoucada, o desconhecimento do que é pertinente e do que é vizinho da arte que escolheram. Suas leituras não são suficientes para constituir a experiência mínima que fundamenta as criações de qualidade. Nos domínios da forma são rudimentares. O conteúdo é o que os distingue. Assim, tendo tido papel eminente, em certa fase, o tempo tende a reduzir a importância do que fizeram (SODRÉ, 1970: 104).

A interpretação de Nelson Werneck Sodré anima algumas reflexões, afinal trata-se da visão de um contemporâneo dos romances de 1930 e de um intelectual reconhecido por suas qualidades analíticas. Aqui, entretanto, esse pensamento tem a fun o de questionar: será que, de fato, houve menosprezo do aspecto formal por parte dos romancistas (notadamente Jorge Amado) que protagonizaram a literatura da década de 1930? Era possível trabalhar a língua de maneira *espontânea*, como afirma Sodré, em uma década que debateu exaustivamente esse problema?

As discussões da ABL iniciadas nos anos de 1910, acompanhadas pela sociedade na década de 1920 e encampadas pelo Estado em 1930 sugerem que ignorar o debate linguístico naqueles anos era algo difícil de ser feito, principalmente para sujeitos envolvidos com atividades cujo material, como lembrou Werneck, era a própria língua; cuidadosos dessa temática, os críticos literários daquele quartel v o tributar justamente às impropriedades linguísticas cometidas pelos novos romancistas o maior problema da literatura nascente.

**Jorge Amado e a libertação linguística da literatura brasileira**

Sem ocupar lugar exclusivo, Jorge Amado foi alvo de muitas dessas críticas. Luís Bueno, no festejado e alentado *Uma história do Romance de 30*, destaca que as críticas voltadas à produção literária de Jorge Amado estruturam-se em torno de três eixos: i) personagens construídos sem complexidade interior; ii) ação por vezes emperrada no próprio discurso; e, de acordo com o que interessa no presente do texto, iii) linguagem pouco trabalhada, ausência de experiências formais, construção romanesca e técnica nos moldes tradicionais (BUENO, 2006: 176).

Eduardo de Assis Duarte também evidencia a preponderância dessas críticas entre os contemporâneos do autor baiano, mas sugere que a obra de Jorge Amado, em especial *Cacau*, poderia ser lida da perspectiva formal, com implicações diretas sobre os usos da língua ali promovidos. De seu ponto de vista, os textos de Jorge Amado ensejam uma tentativa de síntese entre uma tendência de propaganda política e outra de registro documental das condições experimentadas pelos trabalhadores brasileiros, duas marcas da posição intelectual do romancista expressas formalmente. A síntese não foi, necessariamente, bem-sucedida, ainda que não seja possível falar de fracasso, afinal: “A propaganda é o fim mais evidente do livro e o documento é o meio privilegiado para obtê-lo” (DUARTE, 1996: 61).

Luís Bueno, por sua vez, parte da premissa de que *Cacau* foi uma obra doutrinária e utiliza essa constatação para compreender como tal opção deu substância às escolhas linguísticas de Jorge Amado. Sendo uma propaganda, *Cacau* estava direcionado a sujeitos que precisavam ser convencidos da necessidade de emancipação humana, projeto do qual Amado participava; como consequência, o texto era em si um argumento e precisava ser construído com base em um projeto de verossimilhança linguística em relação ao universo que denunciava. Atento à construção de uma coerência, Jorge Amado, em *Cacau*, estava preocupado em esclarecer e convencer os leitores. Isso é perceptível, segundo Bueno, em construções como: maniqueísmo fixo dos personagens que habitam o romance (ricos são maus, pobres são bons), definição unitária de características físicas (ricos gordos sinalizando abundância, pobres desvalidos fisicamente), padres que atuam sempre como

vilões sociais e *alugados* – os trabalhadores da fazenda – incertos quanto aos valores religiosos.

Esses *exageros simplificadorios*, vistos como demérito nas críticas coetâneas, são pragmáticos para os objetivos da obra, que, ao mesmo tempo, não prescindia da marca documental garantida pela descrição nua do trabalho nas fazendas. Se a linguagem utilizada foi também simplificada, trata-se de uma escolha que pretende manter a coerência e estabelecer a verossimilhança externa, ou seja, a legitimidade para com os eventuais leitores. Sergipano, o narrador/protagonista letrado de *Cacau* encarna o intelectual orientador da sociedade, entretanto ele não pode ser como os outros intelectuais, cujo uso adequado da língua serve para fundamentar a distinção social; não se tem certeza da consciência de Sergipano sobre a importância do uso da língua, mas sua aproximação dos sujeitos que pretende guiar à emancipação foi feita pelo despreendimento da norma gramatical. É na alteridade daqueles que estão distantes dos trabalhadores que se percebe como o uso da língua é uma arma política:

Os filhos dos coronéis são semideuses despóticos que amam deflorar, por farra, tolas roceiras de pés grandes e mãos calosas. Pernósticos, falando difícil como quem sabe gramática, brutos e mal-educados, esses meninos me causavam um nojo medonho. Colodino também não os tolerava e não me lembro de haver ouvido o carpinteiro responder a qualquer pergunta dos acadêmicos (AMADO, 1982: 113).

De outro lado, Sergipano e Colodino (outro pobre letrado) não precisam da língua culta para promover a honestidade – Jorge Amado, ao que parece, também não. É relevante que esse compromisso com um projeto político em que a construção literária é tomada como arma foi valorizado por parte da crítica contemporânea a Jorge Amado: Alberto Passos Guimarães, intelectual comunista, incluiu *Cacau* na arte proletária que então estaria emergindo; Murilo Mendes, após detectar a ausência de uma “mentalidade proletária” no Brasil, país de “capitalismo atrasado”, assinalou a propósito das opções de Jorge Amado: “Naturalmente o escritor [...] terá que observar a vida dos proletários, e, se quiser ser um escritor revolucionário, terá que se integrar no espírito proletário, do contrário fará simples reportagem” (MENDES *apud* BUENO, 2006: 166); na mesma linha, Aderbal Jurema comentou o lançamento de *Cacau* e em sua síntese denunciou a polarização literária então posta:

No presente, o que há são apenas dois tipos de literatura: a reacionária e a revolucionária. A primeira está ligada aos valores burgueses e está marcada pelos seguintes traços: ausência de uma tese social, amor à tradição, apego ao individualismo liberal e uma linguagem que agrada “os admiradores do sr. Laudelino Freire”. A segunda rompe com a linguagem canonizada pelas gramáticas e “procura levar às massas um sentido novo de vida, que só poderá se tornar realidade com a revolta dos explorados contra a minoria exploradora e depois do triunfo integral daqueles” (JUREMA *apud* BUENO, 2006: 167).

Aderbal Jurema recortou em sua análise questões amplas e importantes para a intelectualidade, como seu engajamento e seu papel na orientação dos oprimidos rumo à emancipação humana. À eficiência dessa função associavam-se as escolhas linguísticas feitas pelos autores do período; obviamente, seguir pela linha da tradição personificada na menção a Laudelino Freire – membro da ABL e autor do primeiro grande dicionário nacional – significaria fracassar em projetos revolucionários.<sup>13</sup>

Na década de 1930, Jorge Amado publicou seis romances e um livro de poesias,<sup>14</sup> e embora sua obra tenha sido avaliada por alguns analistas que lhe atribuíam o papel de inaugurador de um projeto estético, ele raramente comentava sua perspectiva sobre o assunto;<sup>15</sup> tal característica singulariza o texto *Libertacion lingüística de la literatura brasileña*, analisado na sequência.

*Libertacion lingüística de la literatura brasileña* surgiu no início da década de 1940, na revista *Sur* – periódico argentino reconhecido internacionalmente pela qualidade da crítica e da literatura que fez circular.<sup>16</sup> A revista tinha a intenção de promover a literatura produzida na América Latina e contou com contribuições de autores como Ernest Ansermet, Waldo Frank, Drieu La Rochelle, Jorge Luis Borges, Leo Ferrero, Gérman Arciniegas, Alfonso Reyes, José Ortega y Gasset, Eduardo González Lanuza, Silvina Ocampo e, Victoria Ocampo, proprietária da revista, entre muitos outros.

Na edição de fevereiro de 1942, Silvina Ocampo, Waldo Frank, Etienne, John Steinbeck e Jorge Amado responderam pelos textos nucleares de *Sur*, que contou ainda com

<sup>13</sup> Laudelino Freire é o autor de *O Grande novíssimo dicionário da Língua portuguesa*, apresentado na ABL em 1924 e publicado entre 1939 e 1944, pela editora A Noite.

<sup>14</sup> Romances: *O país do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães da areia* (1937). Poesia: *A estrada do mar* (1938).

<sup>15</sup> Luís Bueno identificou apenas um texto com a intenção de debater estética literária, produzido por Jorge Amado na década de 1930. Ver: BUENO, Luís. 2006. *Op. Cit.* p. 164.

<sup>16</sup> Sobre *Sur*, ver: SILVA, Paulo Renato da. *Victoria Ocampo e intelectuais de “Sur”*: cultura e política na Argentina (1931-1955). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2004.



a tradicional seção de notas. Silvina Ocampo e John Steinbeck publicaram produções literárias, um poema e um conto, respectivamente.<sup>17</sup> Já Waldo Frank e Etienne publicaram artigos opinativos relacionados ao tema internacional do início da década de 1940: a II Guerra Mundial; em ambos os textos, os autores marcaram posições contrárias ao conflito, o que sinaliza para os combates abarcados pela revista *Sur*.<sup>18</sup>

Com base nessa rápida análise, percebe-se que o artigo de Jorge Amado destoa do restante do material publicado nesse número, pois interessava-se por questões do âmbito brasileiro. Deve-se pontuar que se tratava de um texto escrito no período em que Jorge Amado esteve exilado primeiro no Uruguai, depois na Argentina. No entanto, não é possível pensar em Jorge Amado como um intelectual deslocado do campo cultural argentino, pois, como Gustavo Sorá demonstrou, a circulação de autores brasileiros na Argentina era das mais destacadas (SORÁ, 2010); além disso, Jorge Amado utilizava-se, desde os anos finais da década de 1930, desse trânsito para promover projetos literários com características internacionais.<sup>19</sup>

Apesar do exílio, o texto permite entrever que Jorge Amado estava bem informado quanto aos temas do debate nacional. O artigo abre-se com uma frase emblemática da linha argumentativa a ser seguida pelo autor: “Hasta 1920, como regla general, los escritores brasileños hablaban en la lengua del pueblo del Brasil y escribían en la lengua del Pueblo de Portugal” (AMADO, 1942: 59). Dessa incoerência primeira decorreriam, segundo Jorge Amado, os fracassos literários nacionais.

O texto oscila entre a descrição da situação contemporânea das letras nacionais e uma história da literatura brasileira desde o século XIX. Nesse exercício de diacronia e sincronia, Jorge Amado definiu a questão da língua como um eixo para refletir sobre os

---

<sup>17</sup> OCAMPO, Silvina. A una persona dormida. STEINBECK, John. Juanito el Oso. *Sur*. n. 89, fev. 1942. Todos os números da revista *Sur* de 1931 até meados da década de 1980 estão disponíveis para download em: <http://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=find-m>.

<sup>18</sup> FRANK, Waldo. La guerra simple y la guerra profunda. *Sur*. n. 89, fev. 1942. ETIEMBLE. Gobineu, juez del fascismo. *Sur*. n. 89, fev. 1942.

<sup>19</sup> Como exemplo, pode-se citar a coleção editorial Estante Americana. No início de 1940, o literato baiano procurou Hernandez Catá, então ministro de Cuba no Brasil, e em nome da Editora Guaíra solicitou uma primeira lista de textos representativos dos grandes romances americanos. Jorge Amado tinha Catá em alta conta e o considerava o mais importante contista vivo em língua espanhola. Ambos chegaram então à seguinte proposta: a coleção se abriria com Dona Bárbara de Rômulo Galegos e, na sequência, viriam Jorge Icaza, Aguilera Marta, José de La Cuadra, Jorge Fernandes, Rivera, Juan Marin, Carlo Montenegro, Hernan Robleto, Cesar Valero, o próprio Catá e outros. A Estante Americana abriu à Editora Guaíra o mercado editorial nacional.

limites da literatura produzida no Brasil. Da dicotomia passado e presente, que serve de estrutura ao artigo, decorrem outras: positivo/negativo, puro/mesclado, acadêmico/popular, com destaque para engajada/neutra.

Segundo o autor, literatos, ensaístas e historiadores da década de 1930 se distinguiram pelo mérito de perceber que a língua brasileira jamais seria pura, afinal, a despeito dos esforços em prol da unificação ortográfica, os usos – de fala e escrita – continuavam marcados pelas misturas. Segundo Jorge Amado, imigrantes de várias partes da Europa contribuíram para fazer o português brasileiro um idioma mesclado, mas foram os indígenas e, principalmente, os negros que erigiram o valor literário da língua utilizada no Brasil, devendo-se a eles a suavização das expressões, palavras e pronúncias; foi, portanto, pela ação de não brancos que o português brasileiro tornou-se “[...] más Dulce, más suave, más cariñosa: literariamente más maleable” (AMADO, 1942: 59).

O desprezo por essa qualidade literária do português brasileiro se explicava, segundo Jorge Amado, por motivos variados. Em primeiro lugar, estava o sistema educacional brasileiro, que, para o escritor, era frequentado por decrépitos professores de origem portuguesa que cotidianamente insistiam em uma inverdade: estilo e gramática seriam sinônimos. Para piorar, a obra literária que iniciava os brasileiros nessa área era *Os Lusíadas*, poema odiado por várias gerações de nacionais que não viam ali nada mais do que um amontoado de palavras difíceis.

Da crítica ao ensino, passa-se à análise econômica, na qual se destaca que um mercado editorial comandado por europeus foi responsável por influenciar os autores brasileiros a produzir uma literatura mais preocupada em ser lida e circular na Europa do que em ser apreciada por brasileiros. Sem editores e leitores brasileiros, seria possível uma literatura nacional? Nesse ponto, Jorge Amado faz uma ressalva para citar autores canônicos do século XIX, como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis, que são elencados como inauguradores de uma tentativa de literatura nacional liberta da “[...] dolorosa colocación de los pronombres” (AMADO, 1942: 60).

O autor baiano questionou, ainda, o nacionalismo de autores acadêmicos, principalmente os ligados à ABL, pois preferiam ser reconhecidos como “escritores portugueses do Brasil” do que assumir as qualidades e limites da língua nacional. Ao mesmo tempo, sugeriu que o grupo modernista, ainda que tivesse melhores intenções, não

se fez próximo do povo brasileiro, posto que, em prosa e poesia, optou pela marca “esotérica”. É nesse diapasão que se torna possível compreender o “verboso, pouco literário y antipopular” *Macunaíma*, de Mário de Andrade (AMADO, 1942: 62). Na interpretação de Jorge Amado, Mário de Andrade teve acesso a bom material popular, mas optou pela preocupação com a estética literária em detrimento do povo, pecado pelo qual não seria perdoado.

Apontados os culpados e seu contexto, resta a dúvida: de acordo com Jorge Amado, a que se deveu a boa literatura, a literatura livre das amarras que emergiu na década de 1930? A resposta é simples: à revolução política. O autor de *Jubiabá* deixou muito claro que, não fossem as ações revolucionárias de Luís Carlos Prestes e a vitória da movimentação de 1930, não haveria uma nova literatura no Brasil. Progressos políticos e literários andavam, portanto, juntos, razão pela qual sua dissociação parece incongruente a Jorge Amado, que, ao que tudo indica, compreendia o impacto de cada uma das escolhas feitas em suas obras.

Todavia, os opositores não tardaram a aparecer, e a nova geração – na qual Jorge Amado se incluía – causou escândalo entre acadêmicos e modernos. Nos termos de Jorge Amado:

Los académicos encontraban que eran unos nuevos bárbaros que habían llegado, y los modernistas, que se academizaban rápidamente (hoy han abandonado por completo su lengua artificial y escriben, en su mayor parte, en el portugués de Portugal), dieron a esos escritores el título de “primitivos” (AMADO, 1942: 63).

Contra todos, os “bárbaros” ou os “primitivos” seriam os protagonistas da libertação da literatura nacional, precisamente por aceitarem as características miscigenadas que constituíam a cultura brasileira. Romancistas e ensaístas revolucionaram a atividade escrita nacional, pois revestiram sua ação de uma característica mais popular e transformaram “[...] esa lengua hablada por el Pueblo del Brasil en un noble instrumento literario” (AMADO, 1942: 63). Ante os revolucionários da literatura, colocava-se o Estado Novo, que, como se viu, aliava-se a segmentos intelectuais interessados em unificar a língua nacional e suprimir o instrumento literário dos jovens romancistas. Jorge Amado se opôs a todo debate descrito anteriormente, dizendo que essas iniciativas eram motivo de riso, e vaticinou:

Nosotros, en el Brasil, tenemos un idioma mexcladísimo y... bellissimo. [...] Estamos haciendo de esa lengua de negros, mulatos, italianos, franceses, españoles, holandés, ingleses, indios y portugueses un instrumento literario de una nobleza extraordinaria. [...] Nunca el Pueblo brasileño aceptará a un escrito, ni lo apoyará, si no utiliza ese instrumento literario que cada día se perfecciona más (AMADO, 1942: 64).

Ainda que Jorge Amado julgue estar operando a libertação da literatura brasileira de um conjunto de normas que a limitavam, o pano de fundo de seu projeto permanece associado à busca por uma identidade nacional: mesmo “mescladíssima”, existiria uma língua com competência para representar a nacionalidade brasileira e transmitir seus valores, argumento que está inscrito linguística e politicamente no contexto do Estado Novo, e do qual o baiano não logra se libertar.

### **Considerações finais**

A discussão envolvendo política, língua e literatura ganhou contornos complexos no Brasil da década de 1930: língua única e literatura neutra eram os motes daqueles próximos dos lugares de poder; do outro lado, colocavam-se os defensores de uma língua próxima da heterogeneidade cultural e de uma literatura engajada na defesa dos que foram alijados de representatividade política e cultural. Ambos, entretanto, concordavam quanto aos usos políticos da língua e ao seu papel nas definições identitárias.

Passado quase um século, o debate arrefeceu, mas não se pode dizer que os termos mudaram totalmente. Em 13 de dezembro de 2007, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.676/1999, proposto pelo então deputado federal Aldo Rebelo, que propunha a “[...] promoção, a proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa” (PL 1.676/1999: 106). O texto de lei – que ainda tramita nas instâncias de poder nacional – está organizado em 10 artigos, em que se destaca a importância de proteger a língua portuguesa de “estrangeirismos” com meios educacionais (art. 1º e art. 2º) e se recomenda que estrangeiros não usem a língua vernácula em atividades de ensino, trabalho, relações jurídicas ou expressões orais, escritas, audiovisuais e eletrônicas em eventos públicos e meios de comunicação de massa (art. 3º). Em tempo, sugere-se que, após a normatização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa por

instituições competentes, no caso a Academia Brasileira de Letras (art. 2º), as expressões estrangeiras sejam vistas como lesivas ao patrimônio cultural brasileiro e passíveis de punição (art. 4º).

Ao justificar o projeto, o deputado, atualmente filiado ao Partido Solidariedade, recorreu à História: “A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político” (PL 1.676/1999: 107). Após citar gregos, romanos e o período dos descobrimentos, ele argumentou que a “descaracterização da língua portuguesa” ocorre por uma “invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos”, que colocam em risco um dos elementos mais marcantes da identidade nacional: “[...] o fato de sermos um imenso território com uma só língua”; decorre disso a importância da “[...] língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e fecundidade intelectual do nosso povo”(PL 1.676/1999: 107).

Note-se que os termos do deputado são muito similares aos utilizados pelos defensores do Estado Novo, mas também àqueles citados pelos autores que valorizavam o pluralismo nacional. A Lei Aldo Rebelo ainda não encontrou forças para se colocar socialmente, mas o projeto de uma unidade nacional continua entrelaçando política e cultura. A ideia da nacionalidade brasileira e a afetividade por ela mobilizada persistem atraindo adeptos, apesar dos muitos fracassos registrados. Observar essas linhas de continuidade permite refletir sobre como a busca pela identidade brasileira tem se constituído em um exercício paradoxal: argumento legitimador frequentemente recuperado pela elite política e intelectual nacional, a identidade brasileira continua inalcançada, representando uma forma de fracasso estranhamente mobilizador.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. *Jorge Amado: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2018.
- AMADO, J. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- AMADO, J. Libertacion lingüística de la literatura brasileña. *Sur*. n. 89, fev. 1942.
- BARROS, O de. Língua e identidade nacional no Estado Novo. In: LEMOS, M. T. T. B.; DANTAS, A. T.; BAHIA, L. H. N. *América Latina em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- BIGNOTTO, C. C. *Figuras de autor, figuras de editor*. As práticas editoriais de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- BOMENY, H. *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.
- BUENO, A. M. *O Estado Novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais*. Disponível em: [www.revistas.usp.br/esse/article/49199](http://www.revistas.usp.br/esse/article/49199) Acesso em: 3 jul. 2018.
- BUENO, L. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CAMPOS, C. M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 1998.
- CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v .4, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DIP. A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional. *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, ano I, n. 1, jan. 1940.
- DUARTE, E. de A. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.
- GLADSTONE, C. de M. *Alencar e a língua brasileira*. Conselho Federal de Cultura. 1972.

HENRIQUES, C. C. *Atas da Academia Brasileira de Letras*, presidência Machado de Assis (1896-1908). Rio de Janeiro: ABL, 2008.

LEITE, R. M. *Correspondência*: Casais Monteiro e Ribeiro Couto. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LUIZETTI, D. Estudos das constituições do Brasil. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=H-d7DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=H-d7DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 20 fev. 2019.

MONTEIRO, C. A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional. *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, Ano I, n. 2, fev. 1940.

MOURA, A de. Rui e A Replica. In: LACERDA, V. *Rui Barbosa*: Escritos e Discursos Seletos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

O uso obrigatório da ortografia oficial. *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã*, Ano II, n. 15, mar. 1941.

OLIVEIRA, L. L. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30*: Seminário Internacional. Coleção Temas Brasileiros, v. 54. Brasília: Editora UNB, 1982.

PRAZERES, O. A língua e a nacionalidade. *Cultura Política*, ano I, n. 5, jul. 1941.

MACHADO FILHO, A. da M. *Cultura Política*, ano III, n. 26, abr. 1943.

PÉCAULT, D. *Intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RABELO, A. Justificação ao projeto 1676/1999. Diário da Câmara dos Deputados. Disponível: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD04NOV1999.pdf#page=106> Acesso: 20 jul. 2018.

SALLA, T. M. Literatura, política e legitimação institucional: o romance de 30 e o modernismo de 1922 segundo a retórica estadonovista. *Teresa*: revista de literatura brasileira, São Paulo, n. 16, 2015.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cutrix, 2006.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, P. R. da. *Victoria Ocampo e intelectuais de "Sur"*: cultura e política na Argentina (1931-1955). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Unicamp, 2004.

SODRÉ, N. W. *Memórias de escritos* (V. 1) Formação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SORÁ, G. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: EDUSP: Com-Arte, 2010.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.  
*Verbetes Jorge Amado*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-leal-amado-de-faria> Acesso em: 19 jul. 2018.

VIANA, O. Imigração e Colonização – ontem e hoje. *A Manhã*, ano III, n. 689, Rio de Janeiro, nov. 1943.

**Recebido em:** 23 de setembro de 2019

**Aceito em:** 13 de dezembro de 2019